



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

## **PROJETO DE LEI N.º 4.053-A, DE 2019** **(Da Sra. Flordelis)**

Institui a Semana Nacional da Criança; tendo parecer da Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família, pela aprovação (relatora: DEP. LAURA CARNEIRO).

**DESPACHO:**

ÀS COMISSÕES DE:

PREVIDÊNCIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E FAMÍLIA; E

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD).

**APRECIÇÃO:**

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

### **S U M Á R I O**

I - Projeto inicial

II - Na Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família:

- Parecer da relatora
- Parecer da Comissão

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** Fica instituída a Semana Nacional da Criança a ser celebrada anualmente, em todo território nacional, na segunda semana do mês de outubro.

**Art. 2º** São objetivos da Semana Nacional da Criança:

I – Promover o conhecimento sobre os direitos fundamentais das crianças que incluem o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária;

II – Divulgar informações sobre os deveres dos pais, da família ou daqueles que detenham a guarda ou poder familiar;

III – Conscientizar a população sobre a importância de que sejam denunciadas qualquer situação de violência, especialmente a exploração sexual, o trabalho infantil e o uso de álcool e drogas por crianças.

IV- Sensibilizar a sociedade sobre a importância da adoção e do apadrinhamento afetivo.

**Art. 3º** O setor público e entidades da sociedade civil poderão promover atividades como palestras, seminários, debates, entre outros eventos, para abordar assuntos relacionados à infância.

**Art. 4º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICATIVA

A Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. O art. 4º dessa norma dispõe que é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Nesse contexto, a proposição apresentada tem o escopo de promover uma reflexão sobre esses direitos e sobre os meios de efetivá-los. Foi escolhida a segunda semana de outubro para abranger a data em que se comemora o dia da criança no Brasil, 12 de outubro. Durante a Semana Nacional da Criança deverão ser promovidas ações que contribuam para a proteção da criança e seu crescimento saudável. Merece ênfase a influência do ambiente em que a criança vive no seu desenvolvimento emocional, cognitivo e social. Ademais também deve ser destacada a importância de que as crianças cresçam em uma família afetuosa e acolhedora. Essa é uma das razões para que sejam também abordados os deveres daqueles que detenham o poder familiar ou guarda de uma criança. Ressalta-se assim o imenso valor da família na formação de uma criança. Da mesma forma, deve ser reforçado o valor de um processo de adoção bem conduzido, pois trata-se de oportunidade para que muitas crianças tenham acesso a condições que contribuirão para seu saudável

desenvolvimento.

Ainda com relação ao papel da família, vale mencionar que diversas pesquisas já demonstraram a evolução cognitiva de crianças extremamente negligenciadas que foram colocadas antes dos 2 anos de idade em famílias adotivas responsivas. O quociente de inteligência aumentou substancialmente, e a atividade cerebral juntamente com as relações de apego mostraram maior tendência à normalidade do que quando adotadas após completar 2 anos de idade.<sup>1</sup> Ademais é muito mais fácil investir nessa fase do que enfrentar as consequências adversas que podem surgir mais tarde em decorrência de dificuldades e problemas enfrentados na infância.

O Projeto de Lei também faz referência à necessidade de conscientização da população sobre a importância de que sejam denunciadas qualquer situação de violência, especialmente a exploração sexual, o trabalho infantil, o uso de álcool e drogas por crianças. De acordo com dados do Disque 100, serviço oferecido pela Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos, no ano de 2018, foram registradas cerca de 17.000 denúncias de violência sexual contra menores de idade. Infelizmente, mais de 70% dos casos são praticados por pais, mães, padrastos ou outros parentes das vítimas. O objetivo da proposição apresentada também é alertar a sociedade sobre esse tipo de crime e envolvê-la na prevenção e combate.

É indiscutível que a criança exposta a um ambiente que proporcione seu desenvolvimento saudável terá benefícios diretos em sua aprendizagem, capacidade cognitiva, formação de sua personalidade, o que contribuirá para a construção de uma sociedade próspera. Já quanto mais adversas as experiências durante a infância, maior a probabilidade de a criança apresentar dificuldades no seu desenvolvimento. Assim, com base em todo o exposto e tendo em vista a indiscutível importância da proposição apresentada que tem o escopo de fortalecer a defesa e a proteção integral da criança, contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente Projeto de Lei.

Sala das Sessões, em 11 de julho de 2019.

**Deputada FLORDELIS**  
**PSD/RJ**

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA**  
Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG  
Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL  
Seção de Legislação Citada - SELEC

## **LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990**

<sup>1</sup> Nelson CA, Zeanah CH, Fox NA, Marshall PJ, Smyke A, Guthrie D. Cognitive recovery in socially deprived young children: The Bucharest Early Intervention Project. Science 2007;318(5858): 1937-1940.

Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**LIVRO I  
PARTE GERAL**

**TÍTULO I  
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

.....

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Parágrafo único. A garantia de prioridade compreende:

- a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;
- b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;
- c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;
- d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

Art. 5º Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

.....

.....

# COMISSÃO DE PREVIDÊNCIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E FAMÍLIA.

## PROJETO DE LEI Nº 4.053, DE 2019.

Institui a Semana Nacional da Criança.

**Autora:** Deputada FLORDELIS

**Relatora:** Deputada LAURA CARNEIRO

### I - RELATÓRIO

Trata-se de projeto de lei voltado a instituir a Semana Nacional da Criança, a ser celebrada na segunda semana do mês de outubro, e que terá como objetivos promover o conhecimento sobre os direitos fundamentais das crianças, divulgar informações sobre os deveres dos pais e da família, sensibilizar a população sobre a importância da adoção e do apadrinhamento afetivo entre outros.

Conforme a autora, a proposta contribui para conscientizar a população e, conseqüentemente, construir ambientes familiares mais saudáveis, que possibilitem maior aprendizagem, capacidade cognitiva e emocional de crianças e adolescentes.

A proposta tramita sob o regime conclusivo perante as comissões. Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

Compete a Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família examinar o mérito da proposta.



## II - VOTO DA RELATORA

A deputada Leandre, que me antecedeu na relatoria desta matéria, chegou a apresentar parecer pela aprovação do projeto de lei. Não houve, contudo, tempo hábil para a votação na legislatura passada. Por concordar com a aprovação da proposta e com os fundamentos anteriormente expostos, reproduzo-os no presente voto.

A iniciativa de instituir a Semana Nacional da Criança deve ser louvada, tendo em vista a alta capacidade de datas como essas para produzir conscientização social.

Muitas escolas, creches e outras instituições públicas e privadas espalhadas pelo Brasil já usam o próprio dia da criança como um gancho para, não apenas proporcionar brincadeiras e interações entre familiares, mas também para educar e conscientizar pais, alunos e parentes sobre problemas sociais, tais como o trabalho e a exploração sexual infantil.

Uma semana especificamente voltada para evidenciar princípios de vida, respeito, educação e uma melhor socialização de crianças é algo que, a um baixo custo, pode ter um efeito multiplicador, contribuindo, por exemplo, para a redução da violência doméstica e para a melhoria da qualidade de vida de nossos jovens.

A ideia é promover uma reflexão sobre as condições de vida dos pequenos no Brasil e defender que todos tenham acesso a cuidados básicos e a tudo aquilo que necessitam para um desenvolvimento pleno, o que inclui direitos fundamentais como educação, alimentação, moradia e lazer.

Uma semana para que os pequenos brinquem, interajam e tenham um maior nível de acolhimento, sem deixar de lembrar do caminho longo que precisa ser percorrido pelo Estado, pelas famílias e pela sociedade civil para que as crianças brasileiras efetivamente tenham a possibilidade de vivenciar o começo de suas jornadas com a atenção e os cuidados necessários para o integral desenvolvimento da personalidade.

Ante o exposto, meu voto é pela aprovação do presente projeto de lei.



Sala da Comissão, em 04 de abril de 2024.



**Deputada Federal LAURA CARNEIRO**  
**Relatora**

2024-2876





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**COMISSÃO DE PREVIDÊNCIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, INFÂNCIA,  
ADOLESCÊNCIA E FAMÍLIA**

**PROJETO DE LEI Nº 4.053, DE 2019**

**III - PARECER DA COMISSÃO**

A Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família, em reunião extraordinária realizada hoje, mediante votação ocorrida por processo simbólico, concluiu pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.053/2019, nos termos do Parecer da Relatora, Deputada Laura Carneiro.

Registraram presença à reunião os seguintes membros:

Pastor Eurico - Presidente, Filipe Martins - Vice-Presidente, Clarissa Tércio, Daniela do Waguinho, Detinha, Hildo do Candango, Laura Carneiro, Luciano Ducci, Pastor Diniz, Pastor Sargento Isidório, Rogéria Santos, Andreia Siqueira, Chris Tonietto, Cristiane Lopes, Dr. Allan Garcês, Ely Santos, Erika Kokay, Franciane Bayer e Meire Serafim.

Sala da Comissão, em 10 de abril de 2024.

Deputado PASTOR EURICO  
Presidente

